

**USOS DO CONCEITO GEOGRÁFICO “TERRITÓRIO” E SUA RELEVÂNCIA NA ANÁLISE DE CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA**

**USOS DEL CONCEPTO GEOGRÁFICO "TERRITORIO" Y SU RELEVANCIA EN EL ANÁLISIS DE CONFLICTOS TERRITORIALES Y MEDIO AMBIENTE EN LA AMAZONIA**

**USES OF GEOGRAPHIC CONCEPT "TERRITORY" AND ITS RELEVANCE IN THE ANALYSIS OF TERRITORIAL AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE AMAZON**

**Ivana de Oliveira Gomes e Silva<sup>1</sup>**  
ivanaogsilv@gmail.com

**Paulo Lucas da Silva<sup>2</sup>**  
paulolucas@ufpa.br

**RESUMO:** O artigo discute o conceito território, que gerado a partir do conceito de espaço, designa relações de poder espacializadas. Limites são criados, desfeitos e reformulados de acordo com as ações de poder sucessivas emanadas em um determinado espaço-tempo. Os sucessivos reordenamentos territoriais na Amazônia, gerados anteriormente pela Coroa Portuguesa e Império, atualmente, com o advento republicano, são conduzidos pelo Estado capitalista e implicam em conflitos e perdas para a classe trabalhadora. O recente processo denominado neodesenvolvimentismo atualiza práticas de desterração cíclicas ao subjugar a classe trabalhadora deslocando-a de territórios anteriormente conquistados e desmobilizando-a pelo acionamento de diversas estratégias que variam desde a cooptação à criminalização de seus movimentos de resistência. No recorte pesquisado, no contexto da construção da UHE de Belo Monte no sudoeste paraense, estudamos o movimento dialético de adaptação e resistência empreendido pelos movimentos sociais diante da imposição das políticas energéticas executadas pelos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Investiga-se as formas de contestação acionadas pela classe trabalhadora em um momento político conturbado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território; Trabalhadores; Estado capitalista; Amazônia, neodesenvolvimentismo.

**RESUMEN:** El concepto de territorio, generados a partir del concepto de espacio, designa las relaciones de poder espacializadas. Los límites se establecen, rotas y reformadas según el poder sucesiva de acciones emitidas en un espacio-tiempo dado. Los reordenamientos territoriales en curso en la Amazonia, generados con anterioridad por la Corona portuguesa, Imperio y ahora, con el advenimiento republicano por el estado capitalista, implican conflictos y pérdidas para la clase obrera. El proceso reciente llamado neo-desarrollismo actualiza prácticas de desterração cíclicas para subyugar a la clase obrera desplazando a los territorios previamente conquistados y desmovilizar

---

<sup>1</sup> Docente dos cursos de graduação da UFPA/Campus Altamira; Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente; Vice-líder do Grupo de Estudos Dialética, Educação e Cultura – Campo e Cidade (GEDEC-CC/DGP CNPq); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT).

<sup>2</sup> Professor Associado da UFPA; Doutor em Educação (FAE\_UFMG); Coordenador do Grupo de Estudos Dialética, Educação e Cultura – Campo e Cidade (GEDEC-CC/DGP CNPq).

para desencadenar diversas estratégias que van desde la cooptación de la criminalización de los movimientos de resistencia. En los cultivos investigados en el contexto de la construcción de la central hidroeléctrica de Belo Monte, en el suroeste de Pará, se estudia el movimiento dialéctico de adaptación y resistencia llevada a cabo por los movimientos sociales antes de la imposición de las políticas energéticas implementadas por el gobierno del PT de Luiz Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff. Investiga formas de protesta activan por la clase obrera en un momento político en problemas.

**PALABRAS CLAVE:** Território; Trabalhadores; Estado capitalista ; Amazônia, neo-desarrollismo .

**ABSTRACT:** The territory concept, generated from the concept of space, designates spatialized power relations. Limits are set, broken and reshaped according to the successive power of shares issued in a given space-time. The ongoing territorial rearrangements in the Amazon, previously generated by the Portuguese Crown, Empire and now, with the advent Republican, by the capitalist state, imply conflicts and losses for the working class. The recent process called neo-developmentism updates cyclical *desterreação* practices to subjugate the working class displacing the previously conquered territories and demobilizing it for triggering various strategies ranging from co-opting the criminalization of their resistance movements. In researched crop in the context of construction of the Belo Monte hydroelectric plant in southwestern Pará, we study the dialectical movement of adaptation and resistance undertaken by social movements before the imposition of energy policies implemented by the PT government of Luiz Inacio Lula da Silva and Dilma Rousseff. Investigates forms of protest triggered by the working class in a troubled political moment.

**KEYWORDS:** Territory; workers; Capitalist state; Amazon, neo-developmentism.

## INTRODUÇÃO

Os conceitos geográficos são instrumentos importantes para a compreensão da realidade humana e do planeta. Não obstante tal assertiva ser consensual, não há unanimidade nas definições dos conceitos geográficos presentes desde a formalização da Geografia como ciência. As diversas concepções desenvolvidas pela teoria do conhecimento e pela ciência geográfica destacam diferentes aspectos na elaboração dos conceitos a partir de seus próprios princípios, o que disponibiliza um rico acervo do qual se pode usufruir nos exercícios da construção e reconstrução dos conhecimentos geográficos.

Temos como objetivo neste artigo apresentar algumas definições e indagações acerca dos conceitos geográficos de espaço geográfico e território, que articulados a outros conceitos, são considerados centrais na construção de nossa tese. Buscamos neste exercício articular à bibliografia da Disciplina “Território, Processo de Trabalho e Saúde do Trabalhador” outros autores, discutidos na disciplina “Metodologia da Pesquisa em Geografia”, como Henri Lefebvre, Claude Raffestin, Milton Santos, Jean Gottmann, Rogério Haesbaert da Costa, Eliseu Sposito e Marcos Saquet.

Espaço é um conceito que chega à ciência geográfica partindo da física e da filosofia, definido por Kant como “categoria *a priori* do conhecimento”, juntamente com o tempo – duas categorias que não necessitam da experiência e, sem as quais, a experiência não seria possível. Como nos lembra Lefebvre (2013, p. 123), há pouco tempo as concepções de espaço eram bastante “confusas, paradoxais, incompatíveis” se misturavam nas conversas o espaço filosófico com o espaço geográfico, o espaço sideral, o espaço virtual, no espaço de vida em torno do sujeito, o *Lebenswelt*, e o espaço entre uma coisa e outra. Nas palavras do autor, apenas o Espaço visto com “E” maiúsculo era aquele carregado de novas conotações e significados: as distâncias cósmicas. Contudo cabe constatar que a geografia trabalha com “espaço” e indagar: mas qual espaço? Vejamos que, para a criança, a noção do território, pelo seu natural egocentrismo, chega a ser anterior ao espaço.

Espaço e território são conceitos muito próximos, mas a territorialidade parece ser anterior no terreno da experiência humana. O sujeito é ser de posse, logo, é territorialista; o espaço é, em alguma medida, uma abstração universal, que pode ser percebido como um termo vago, até sem sentido, se tratado apenas no âmbito da fisicalidade. Para o recorte do presente texto que ora elaboramos, o conceito de território, indissociável do conceito de espaço geográfico, se apresenta como o articulador das principais análises que buscamos empreender.

## CONCEITOS EM MOVIMENTO

Historicizando a discussão, território é um conceito e, como conceito, ele foi elaborado a partir de um correlato empírico, sistematizado na Geografia, de forma particular na geografia política, inicialmente por Friedrich Ratzel (1844-1904), que compreendeu o território como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado.

A partir dessa perspectiva de território estritamente política, institucional e ideológica, a geografia, após um longo período de subserviência ao imperialismo europeu, construiu modificações em seus conceitos, principalmente no período entre o final do século XX e começo do século XXI quando avançou na atualização do conceito de território, incorporando e destacando diversos aspectos econômicos, culturais e/ou sociais do termo, dotando-o de maior abrangência, complexidade explicativa e densidade teórica. De acordo com diversos autores contemporâneos, no período compreendido entre os anos 1960-1980 o espaço geográfico foi considerado a categoria máxima da geografia, em um

contexto de produção intelectual que expressava a articulação entre a natureza e a sociedade, de acordo com os estudiosos alinhados ao marxismo (SAQUET; SANTOS, 2008).

Podemos dizer que atualmente há um consenso na assertiva de que o território é indissociável da noção de poder e que seria um grave reducionismo concebê-lo unicamente como os limites político-administrativos dos países. O poder não é uma categoria espacial, nem temporal, porém “está presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo”. (RAFFESTIN, 1993, p. 5-6).

Na obra *Por uma Geografia do poder*, Claude Raffestin (1993), explicita uma importante referência para a construção do conceito de território na Geografia. A proposição de uma abordagem relacional do território, a qual ele é indissociável do poder, conduz ao princípio de que toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz um território. Raffestin (1993) afirma que “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite”, que pode ou não ser traçado. “Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa.” (p.153).

Poder, Território e Estado apresentam-se como conceitos e categorias organicamente articuladas, desde o período inicial da ciência geográfica. Raffestin (1993) lembra que o poder era um instrumento institucionalizado, tendo como expressão espacial o território dos países.

Não nos cabe aqui discutir uma teoria de Estado, para o debate dos conceitos de território e espaço, mas provocamos uma reflexão que concebe o Estado enquanto serviçal do Capital (MARX; ENGELS, 2014; MESZAROS, 1989), enquanto agente de classes, defensor e organizador dos interesses da classe dominante. Sua articulação com o capital resulta em profundas influências nas relações sociais, em síntese nas relações de poder, nas territorialidades e na efetivação de territórios. Partimos, portanto, da concepção de que o Estado capitalista moderno está subordinado aos interesses das classes dominantes que se servem do Estado para manter o controle sobre as classes dominadas, ideia defendida por Marx, Engels, Lenin, Mészáros, entre outros autores, que analisam criticamente a sociedade e servem de referência para centenas de pesquisadores, inclusive aos geógrafos, situados também na condição de cientistas sociais.

Para a geografia o território necessita ser estudado tomando como referência o espaço, pois ele é configurado a partir do espaço geográfico, relação que origina a indissociabilidade entre os dois conceitos. Cada autor apresenta uma visão particular de território, influenciada pela concepção de espaço adotada, pela realidade estudada, por seus

objetivos e por sua concepção de sociedade. A concepção de território que será utilizada na investigação em curso, que se assenta em uma empiria que envolve conflitos, considera que a análise geográfica, por meio do conceito de território pressupõe analisar o espaço a partir de relações de poder. Portanto, nossa concepção de território se alinha à matriz crítico-dialética da sociedade.

Trazemos as elaborações de Jean Gottmann (2012), acerca do território, para destacar que este é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Gottman afirma que,

*Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política. (GOTTMANN, 2012, p. 523, grifos nossos)<sup>3</sup>*

A aceção de território apresentada por Gottmann, é importante para esclarecer uma das muitas definições possíveis de território, na qual se evidencia que muito embora o autor não estivesse vinculado ao materialismo histórico dialético, de linhagem marxista, ainda assim, destaca, de forma bastante clara, a dinâmica conflitante entre os sujeitos e o Estado na constituição do território, ao ser caracterizado por ele como “arena”.

Outra questão importante apresentada nesta obra de Gottmann é seu posicionamento, na condição de geógrafo, diante do conceito de território articulado ao trabalho (atividade humana) e sujeito às dinâmicas históricas.

Como geógrafo, sinto que seja indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão. (GOTTMANN, 2012, p.525)

---

<sup>3</sup> Texto originalmente intitulado “The evolution of the concept of territory”, traduzido de versão publicada no periódico Social Science Information, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão: Fabricio Gallo.

Além de contribuir para esclarecer a relação entre espaço geográfico e território, e com alguma ênfase na repartição e organização como atributo do governo, ele destaca no texto a centralidade da ação humana, critério fundamental na definição do território e que interessa ao nosso recorte, que se aproxima dos sujeitos sociais desterrados pelas ações do Estado capitalista, um coletivo por nós entendido como classe trabalhadora, e que, dialeticamente, se adapta e resiste aos imperativos do Estado Capitalista, especificamente no caso da realidade pesquisada, em relação ao empreendimento construtor de uma usina hidrelétrica construída na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará – PA.

Rogério H. da Costa (2005) evoca a constituição da palavra território, que deriva do latim e que possui uma dupla conotação, material e simbólica, pois o termo originariamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor*, ou seja, possui relação com a dominação da terra, cujo significado é “pedaço de terra apropriado” e concomitantemente se relaciona com a inspiração do terror, do medo, que envolve os expropriados da terra *territorium*. (COSTA, 2005). Implica a relação homem-espaço. Implica disputa pelo espaço, que passa a ser território pela presença possessiva do homem.

Em suas elaborações, Lefebvre diferencia o caráter de apropriação em relação à terminologia dominação, caracterizando dominação como a ação de tomar o território no aspecto jurídico-político, que interdita o acesso de outros grupos ao território ‘dominado’, ao passo que, a apropriação estaria relacionada a uma relação de usufruto efetivo da terra, geradora da identificação positiva do grupo social com a terra. Portanto, podemos inferir, também a partir das ideias apresentadas por Lefebvre, que temos sucessivas políticas de dominação do território em análise, promovidas e executadas pelos interesses do Estado capitalista, presentes no estudo que ora empreendemos. Interessa-nos investigar, portanto a história do território em questão, que para Lefebvre, nas circunstâncias da escrita de sua obra *La production de l'espace*: “Se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades” – querendo-se exprimi-lo assim. Portanto, existe uma *história do espaço*. (LEFEBVRE, 2013, p.126). A assertiva de Lefebvre, que articula modo de produção e espaço social nos auxilia na compreensão na “história do espaço” que envolve a usina hidrelétrica localizada na mesorregião Sudoeste do estado do Pará.

É possível definir o território, portanto, na perspectiva atual, como um recorte ou espectro do espaço geográfico definido por e a partir de relações de poder, controle,

apropriação e uso, sendo que essas relações são definidas em termos políticos, institucionais, em termos econômicos e culturais (FUINI, 2014). O conceito de território decorre da relação socioespacial e do ponto de vista metodológico, pode ser apreendido em perspectivas multiescalares e interescalares, seja em termos subjetivos, locais, regionais, nacionais e globais, desde que considere as lógicas de comando dos fluxos que o definem, entrecruzando normas globais com as normas locais (COSTA, 2004; SAQUET, 2007; SANTOS, 1996).

## TENSIONANDO CONCEITOS E CONTEXTOS

A partir desse conjunto de perspectivas de análise da produção do espaço e do território, que são construídos e reconstruídos de acordo com os fins do modo de produção capitalista, inserimos o objeto de nossa tese, a saber, a resistência e a adaptação da classe trabalhadora, relacionadas em uma tensão dialética, ante a construção da usina hidrelétrica na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará. Ao tomar tais pressupostos como ponto de partida, verifica-se que o atual ímpeto neodesenvolvimentista que é alardeado no Brasil, por meio da propaganda oficial e por todo o aparato midiático em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sinaliza um movimento maior, de profundas transformações, engendrado pelo capital rumo a uma nova forma de domínio sobre o território latinoamericano.

Tendencialmente, o Estado capitalista na atualidade, em sua face neodesenvolvimentista, concentra suas ações no território a partir de investimentos em megaprojetos, políticas de investimentos em infraestrutura, planejamento e execução de obras com caráter concentrador, pois que, não atendem às reais necessidades das populações que são diretamente afetadas por elas. A dominação do território pelo interesse do Estado mascara a expropriação, a desterração que é imposta aos povos, que tradicionalmente habitaram o espaço-lugar e fizeram de um determinado espaço o seu território. O valor de uso é substituído bruscamente pelo valor de troca, pois passa ao domínio do empreendedor que o submete para explorá-lo economicamente, em favor do grande capital. Nesse contexto as definições mais conservadoras de território, como as de Ratzel, serviriam como suporte para legitimar essas ações do Estado. Por outro lado, o capital, por meio do Estado, seu serviçal, impõe limites, desterritorializa, reterritorializa e repete de forma autoritária, as ações da Desterritorialização-Territorialização e

Reterritorialização em relação às populações nativas, migrantes e à coletividade “que-vive-do trabalho”<sup>4</sup>.

Consideramos cabível levar em consideração o conceito de Território Cíclico, que é defendido por Sousa (2003). Este tipo de território tem como característica a alteração dos tipos de apropriação e uso do território de acordo com ciclos em que uma ação ou outra seja conveniente para o sujeito territorial. Um exemplo possível desse tipo de território cíclico é a sucessão de políticas territoriais que ocorre ao longo da história da Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará.

Uma história do território irá demonstrar que o Estado Capitalista é o sujeito territorial que operacionaliza, manipula, altera e administra o território cíclico nessa porção do espaço amazônico. Sucodem-se políticas de ocupação do território emanadas do poder central, desde o período colonial, desencadeado a partir da foz do rio Xingu, desde o século XVII, criando e alimentando conflitos por meio da disputa fundiária e impondo dramáticas mudanças na vida dos povos ali existentes.

As sucessivas repartições do território amazônico envolvem, para além dos interesses do Estado e do capital, a sobrevivência de categorias sociais, povos, grupos diferenciados da população nativa e migrante, que ciclicamente sofreram com as desterritorializações, reterritorializações e, finalmente, sofrem processos mais amplos e complexos de desterração, pelas ações impostas pelos interesses emanados do Estado capitalista ao conjunto da classe trabalhadora.

A migração de nordestinos já ocorrera na região do Xingu desde os “Ciclos da Borracha”, o que promoveu o extermínio ou a fuga em massa das populações indígenas que habitavam a região do Baixo e Médio Xingu. As condições de exploração a que foram submetidos os trabalhadores denominados “soldados da borracha” e seu papel na produção de riqueza e de miséria, as mortes, embates, são fartamente documentadas por pesquisadores que analisam a história da Amazônia (NASCIMENTO, 1998).

Uma breve análise dos consecutivos projetos encimados pelo Estado para a Amazônia nos levará a refletir sobre as motivações da resistência e da adaptação das populações atingidas, direta ou indiretamente pelos ordenamentos e reordenamentos territoriais conduzidos ao longo dos últimos 50 anos. O conflito de interesses presente nestes processos envolve diferentes concepções de desenvolvimento, da sustentabilidade socioambiental e de distintas perspectivas escalares. Para exemplificar descrevemos

---

<sup>4</sup> Cf. o contexto do uso da expressão em Antunes (2003).

sumariamente algumas fases do planejamento do desenvolvimento regional para a Amazônia (SILVA, 2008; SOUZA, 2006; SILVA, 2006).

#### 1 – Programa de de Integração Nacional (PIN)

Em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), agência fomentadora de grandes projetos de exploração dos recursos naturais e de investimentos do capital nacional e internacional. Com a implementação do Programa de de Integração Nacional (PIN), foram projetadas as construções de vastas malhas rodoviárias para consolidar a ocupação do território amazônico, como a Rodovia Transamazônica e a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e também a Cuiabá-Porto Velho-Manaus. As estradas pioneiras serviram de roteiros de migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados “corredores de desenvolvimento”, mas sua construção causou sérios impactos ambientais (GOODLAND; IRWIN, 1975). As bases legais foram estipuladas no sentido de estabelecer corredores de 200 quilômetros de extensão para colonização estatal. De acordo com o modelo do INCRA, para a operação de assentamento em grande escala, principalmente de trabalhadores rurais e arrendatários do Nordeste, foi fixada uma faixa de 10 quilômetros de extensão de ambos os lados das estradas através da Amazônia, com vistas ao estabelecimento de pequenas propriedades de 100 hectares cada, num sistema de rotação de terras com apenas 50% de devastação – o restante era organizado em unidades de três mil hectares. Infelizmente, o plano de remover 2,2 milhões de km<sup>2</sup> de terras de especulação por desapropriação ao longo das estradas principais não foi realizado. Caso essa premissa fosse efetivada, talvez pudesse ter fortalecido atividades federais e regionais na conservação de vastas extensões de florestas tropicais.

As populações nativas, povos indígenas, ribeirinhos, caboclos, migrantes remanescentes do período de exploração da borracha, invisibilizados no discurso oficial do Estado capitalista, foram entregues à própria sorte, em um ambiente estranho ao de suas regiões de origem, sem a infraestrutura necessária para escoar a produção agrícola e extrativista, sem acesso aos serviços de saúde e educação. Tais dificuldades enfrentados por inúmeras famílias, vindas principalmente do Nordeste e do Sul do país, influenciaram a constituição de diversos movimentos sociais de resistência, como sindicatos, cooperativas, comunidades eclesiais de base, que empreenderam grandes manifestações e protestos com vistas a melhores condições de sobrevivência na Transamazônica.

## 2 – O Programa Polamazônia

Em contraste à situação dos colonos e populações nativas, aos grandes investidores do Sul e Sudeste, bem como aos grupos estrangeiros, foi fornecido o aval necessário para a apropriação de vastas áreas de terra, assim como polpudos incentivos fiscais para a implementação de atividades de exploração da floresta em larga escala, nas atividades madeireiras, extração mineral, etc. O Programa Polamazônia, desenvolvido entre os anos de 1974 a 1980 é representativo dessa política diferenciada. Os polos de desenvolvimento previstos no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-79) foram baseados em pontos focais setoriais separados como, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial. Investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios. Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, mineradoras e empresas estatais, de transportes ou de construção de estradas investir na devastação da floresta tropical para introduzir grandes projetos de criação de gado, com subsídios oficiais, realizando a exploração das terras a preços baixos. A rápida expansão de desmatamento por queimada em projetos de fazendas de gado causou danos irreparáveis aos ecossistemas, como erosão, perda de nutrientes por escoamento, encrostamento da superfície e distúrbios no balanço de águas.

Além desses danos, a especulação de terra causou sérios problemas e conflitos violentos entre as populações indígenas, posseiros e latifundiários. Em face da rápida degradação de pastos, a criação de gado tornou-se atividade econômica de lucro reduzido, o que causou uma diminuição considerável no rebanho nos anos posteriores. O cancelamento de incentivos fiscais, anos mais tarde, desestimulou novas iniciativas de projetos voltados para a atividade pecuária. Por outro lado, a exploração de recursos minerais foi um dos objetivos centrais dos diferentes programas de desenvolvimento para a Amazônia. Muitas licenças de exploração de jazidas de grande extensão foram cedidas a empresas nacionais e internacionais. Depois que os minérios manganês e cassiterita começaram a ser explorados no Amapá e em Rondônia a partir de meados dos anos 1950 e 1960, as novas descobertas de enormes jazidas de minério de ferro na serra dos Carajás, de bauxita no rio Trombetas e também de ouro e diamantes, revelaram a riqueza de recursos minerais da Amazônia, o que provocou a elaboração de grandes projetos para a região, nos anos 1980. Contudo, o balanço que se faz do Programa Polamazônia é que não foi

consolidada a “concentração descentralizada” de desenvolvimento, mas houve o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intraregional. A periferia tornou-se mais dependente do centro, em nível nacional e internacional. Ao invés de polos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente (KOHLHEPP, 1997). A modernização conservadora pensada e realizada “de cima para baixo”, conduzida pelos governos militares, incorporou o setor privado às elites regionais e nacionais por meio de incentivos fiscais, ao mesmo tempo em que tentou manter uma aparência democrática, de modo a não colocar em perigo os créditos internacionais.

### 3 – Programas de desenvolvimento dos anos 1980

Manteve-se nessa década o estilo do “desenvolvimento de cima para baixo”. As informações para a população regional atingida por tais projetos foram insuficientes e tardias. As decisões eram tomadas sem qualquer coordenação com as respectivas autoridades regionais ou locais (VALVERDE, 1989). Nem mesmo a autoridade executiva encarregada do desenvolvimento regional na Amazônia, a SUDAM, participou das negociações do maior programa de desenvolvimento regional – “Grande Carajás” (PGC). Este programa envolveu uma área de quase 900 mil km<sup>2</sup> ao leste da Amazônia, nos estados do Pará e do Maranhão (KOHLHEPP, 1987). O programa estava em funcionamento desde 1980 e demonstrou desde sua concepção forte dependência das condições do mercado mundial. O objetivo do PGC foi estabelecer uma série de projetos de infraestrutura, mineração e indústria na base da mais importante jazida de minerais na serra dos Carajás – especialmente o minério de ferro. Enquanto a extração de minério de ferro, no coração do PGC, ocupava somente área limitada, totalmente cercada e bem organizada pela, na época ainda estatal, Companhia Vale do Rio Doce, os projetos associados e a migração espontânea e descontrolada para a região de planejamento levaram a uma situação caótica. A construção de estradas, a ferrovia da mineração Carajás, o novo porto Ponta da Madeira, perto de São Luís, a construção da megausina hidrelétrica de Tucuruí (com produção média de 4 mil mW, contendo a água do Tocantins, formando um reservatório de 2.430 km<sup>2</sup>), a larga rede de sistemas de transmissão e os gigantes fundidores de alumínio em Barcarena, perto de Belém e em São Luís, contribuíram para a sobreposição de novas estruturas espaciais e um novo surto de devastação das florestas, associada à produção de carvão vegetal, fazendo aumentar as disparidades socioeconômicas intrarregionais e a desintegração regional (HALL, 1989; VALVERDE 1989).

#### 4. O projeto da UHE no Rio Xingu

O projeto de construção da usina hidrelétrica pesquisada atravessou as três fases do planejamento regional sumariamente descritas. A resistência contra o projeto e construção da UHE no Rio Xingu passou por vários episódios desde a década de 1980, especialmente no ano de 1989, ocasião em que a índia Tuíra, da etnia Kayapó, raspou um facão na face do então vice-presidente da Eletronorte, durante a I Assembleia dos Povos Indígenas do Xingu. Naquela época se soube que os estudos de viabilidade da construção da UHE no Rio Xingu, arquitetados desde a década de 1970, haviam sido concluídos. A ameaça aos povos do Xingu e seus territórios tradicionais estava oficialmente apresentada, com *status* de política de Estado pelo viés da expansão da base energética nacional.

No final da segunda metade dos anos 1990 ocorreu outra investida do Governo Federal e de empresários da construção civil e do setor energético, que chegou ao conhecimento da mídia, dos povos indígenas e dos movimentos sociais organizados da região. Estudos de Impacto Ambiental chegaram a ser iniciados e acabaram barrados por medidas judiciais, provocadas pelo Ministério Público Federal e Movimentos Sociais. A postura do Estado acerca dos usos do território na Amazônia é historicamente autoritária, voltada aos interesses do Capital e caracterizada por ignorar os nativos que habitam o território desde tempos imemoriais. Contudo, os movimentos de trabalhadores conquistaram espaço na arena política e passaram a influenciar algumas decisões. O linhão trazendo energia da UHE Tucuruí foi construído durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, atendeu os municípios do sudoeste paraense e por algum tempo parecia ter afastado a ameaça do barramento no Rio Xingu.

Nos anos de 2000 e 2001, um novo levante das forças pró-barragem (Estado e iniciativa privada) se avolumou, desenvolvendo inclusive obras de infraestrutura de base para viabilizar a construção da hidrelétrica. Asfaltamento, expansão aeroportuária, chamadas de comerciantes do setor de alimentos e novas agências de bancos privados, principalmente, aconteceram na Mesorregião Sudoeste do Pará. Ao mesmo tempo, movimentos sociais recomeçaram a se organizar e novos agentes de mobilização procuraram se instalar nos municípios da Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará. Destaque-se os primeiros passos do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, a WWF Brasil, Greenpeace, o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), Instituto Sócio Ambiental (ISA), além de movimentos sociais já existentes, que acabaram se incorporando,

posterior e tematicamente, ao Xingu Vivo Para Sempre. Em 2011, definitivamente a barragem foi determinada, mesmo abaixo de impedimentos e transgressões legais, o Governo Federal, literalmente, impôs a barragem aos povos do Rio Xingu.

### **MULTIESCALARIDADES DA RESISTÊNCIA E DA ADAPTAÇÃO FRENTE À UHE BELO MONTE**

Há resistências e conflitos ante a construção da usina hidrelétrica nas últimas três décadas. Nunca foi um processo fluido. As vozes do Xingu ecoaram em Belém, Legislativo e Judiciário Federal, Europa e OEA. Não obstante, quando o Governo Federal e empresários da construção civil e energia elétrica quiseram, determinaram o início das obras. Foi uma decisão política, visto que do ponto de vista técnico o processo foi truncado, conforme mostram as ações judiciais que suspenderam temporariamente o andamento do processo de licenciamento e construção. E assim se fez no ano de 2011: o governo iniciou a obra. Os movimentos sociais silenciaram, o judiciário baixou o volume das contestações. O MPF ficou enfraquecido, apesar de ter envidado esforços que venciam em primeira instância e perdiam todas as contestações dos barrageiros.

O momento do início das obras foi antecedido por um conjunto de ações de repressão aos resistentes, de tal forma que com a chegada dos trabalhadores da obra, viu-se um aparato policial forte se constituir e a presença da Força Nacional se fez ostensiva na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará. O aumento no contingente policial local e a criminalização e perseguição policial às lideranças que protestavam, provocou uma denúncia em escala internacional.

Em junho de 2012, a Organização dos Estados Americanos (OEA) acolheu denúncia de perseguição contra lideranças dos movimentos sociais que protestaram contra a hidrelétrica, que foram acusados de dano qualificado, roubo, formação de bando e quadrilha, desobediência e perturbação de trabalho e sossego alheios. Eles tiveram a prisão preventiva pedida à Justiça no dia 25 de junho de 2012<sup>5</sup>. A denúncia desses fatos foi amplamente divulgada e uma rede solidária se constituiu em várias cidades do Brasil, como Belém, São Paulo, Rio de Janeiro e em outros países. O evento Rio+20, ocorrido em junho daquele ano, deu visibilidade ao movimento de resistência e às denúncias de violações de direitos relacionadas ao empreendimento barrageiro.

---

<sup>5</sup> Muitos jornais divulgaram os fatos aqui relatados. Cf. <<http://reporterbrasil.org.br/2012/06/ongs-denunciam-a-onu-perseguiçao-da-policia-a-manifestantes-contrabelo-monte/>> Acesso em 28 de junho de 2012).

Na escala nacional, a defesa da hidrelétrica foi alavancada pela ameaça iminente de apagão, resultante de uma suposta crise do setor energético, tese defendida pela então ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff. As hidrelétricas foram apontadas como a saída viável por excelência, argumentando-se que produziriam “energia limpa”, considerando o modelo hidroelétrico como “sustentável”.

Em escala local, além da intimidação feita pela criminalização da resistência ao projeto da hidrelétrica e pelo uso ostensivo do aparato jurídico e policial, houve uma intensa campanha pró-UHE. A defesa da hidrelétrica era apresentada como a salvação dos municípios da Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará, estagnados economicamente pelo abandono dos investimentos do estado na agricultura familiar, pelos problemas na infraestrutura (estradas, serviços, etc.) e pelas operações de combate à exploração ilegal de madeira, que deixaram um contingente de desempregados oriundos das serrarias ilegais. Criou-se uma propaganda local que condenava os movimentos sociais, acusando-os de atrapalhar o progresso e de impedir o acesso ao emprego pelos trabalhadores desempregados da região da Transamazônica e Xingu (PAIVA, 2010).

Após os grandes eventos, sobraram os esforços locais, particularmente, do Bispo da Igreja Católica do Xingu, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, dos Povos Indígenas, dos oleiros e dos pescadores. Os agricultores e os moradores das baixadas, que são removidos de suas propriedades, desde o início se manifestam em protestos isolados, contudo, recebem apoio do Movimento Xingu Vivo, Defensoria Pública da União, Ministério Público, MAB e da mídia local. Quase sempre as denúncias, questões e disputas versam sobre valores, tamanho, inadequação, distância (etc.) das casas ou dos atributos indenizatórios. Há pessoas que não receberão nada e terão que sair de suas casas, inclusive com uso da força policial, se for preciso, para que a obra siga seu curso. A Declaração de Utilidade Pública (DUP), expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prevê a desapropriação de uma área de 282.369,971 hectares. O número de pessoas deslocadas pelo empreendimento foi calculado, pelo EIA Rima (BRASIL, 2009), em aproximadamente 19 mil pessoas, embora várias pesquisas do Ministério Público Federal e do Painel de Especialistas confirmem que os números de atingidos são maiores do que os dados oficiais demonstram.

## **PRAGMATISMO NAS LUTAS**

De todas as coisas que se tem percebido no campo das disputas e conflitos, fato é que existe uma resistência, ela é real e patrocinada por motivos bem delimitados. Quando estas questões são encaminhadas a uma solução, os resistentes imediatamente retornam a uma condição de anonimato, muitos deles tornando-se protagonistas pelo volume de dinheiro que acabaram recebendo, como indenização corrigida, superior ao valor estimado, inicialmente, pela empresa construtora.

Resistência e adaptação tornam-se dois passos sequenciais. Há pessoas que sofrerão a perda, sem chance alguma de ganhar algo em compensação por ela. As empresas construtoras, por meio de suas terceirizadas, alegam ilegalidade na posse da terra ou má fé, por exemplo, e o judiciário lhes dá ganho de causa, fazendo valer a DUP.

A hipótese que pode ser levantada é a de que a resistência, manifesta nesses contornos, não é uma resistência adjetivada pelo interesse de uma sociedade justa, o que suporia uma revolução e a arregimentação de forças contra o capitalismo. Longe disso, não há utopias. A resistência é uma luta (talvez fosse mais correto dizer: uma briga) sequer por direitos, mas por ganhos. Troca de equivalente.

Excetuando-se os povos indígenas, que têm parte das comunidades cooptadas e neutralizadas pelas ações do Governo e pelo Consórcio Construtor e Montador da Barragem (Norte Energia, CCBM e CMBM), raras são as pessoas que ainda lutam por seu território, pela manutenção de suas raízes, porque são contrárias a hidrelétrica, ou por terem a convicção de que seria um exagero, no século XXI, apelar para o barramento dos rios, com tantas outras formas de se produzir energia elétrica, com impactos ambientais muito menores. O forte pragmatismo incentivado pela oferta das indenizações em dinheiro, diante de uma população economicamente desfavorecida, cria um cenário de busca rápida por compensações financeiras. Os defensores de “um outro mundo possível” representam uma minoria, sufocada pelo imediatismo de uma maioria diretamente atingida, desterrada pela barragem também na sua subjetividade.

Temos uma situação interessante com movimentos de abrangência nacional, contrários à construção de hidrelétricas, que ao chegar na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará patrocinaram campanhas fortes contra a barragem, contudo, quando a construção se iniciou, seus dirigentes locais mudaram o discurso antes contrário à barragem e questionador acerca do modelo energético adotado pelo governo brasileiro, para um discurso fundado na garantia de direitos dos atingidos pela hidrelétrica, principalmente referentes à indenização, em consequência das perdas sofridas pelas obras da barragem. Esta adaptação, incorporada pelo movimento em questão, reduz a luta e a resistência à uma

busca por compensações financeiras, que em última análise, não é diferente da resistência dos trabalhadores que não participam de movimentos sociais, e que se manifestam reivindicando reparações de forma genérica.

A insistência de alguns movimentos de trabalhadores em manter canais de diálogo e negociações com o governo petista, evitando um confronto e debate sério de projetos de sociedade, cria uma impressão ruim, de que talvez apenas se simule no seio de alguns movimentos, uma oposição às políticas destrutivas que envolvem a produção de energia e os interesses dos atingidos pelas barragens. Grosso modo, está se estudando aqui a resistência de “trabalhadores em processo de dessolidarização”, no interior do capital, que lutam para encontrar a melhor forma de sucesso individual, seguindo a lógica do sistema. Até a cobrança por direitos parece não significar muito mais do que troca, pragmática e utilitariamente, aceitável. A crise de representatividade das instituições atinge também os movimentos sociais de base popular, que demonstram, em vários casos, pender mais para a defesa de um governo a serviço do capital do que para a defesa dos interesses coletivos maiúsculos ou de um novo tipo de sociedade que supere o Capital.

Harry Braverman (1987, p. 235) nos provoca ao questionar o futuro da resistência da classe trabalhadora, em épocas que até mesmo “os padrões emocionais de vida são canalizados através do mercado”, como então é possível falar em consciência de classe? Onde se situa a possibilidade da organização política da classe trabalhadora, quando as questões mais elementares envolvendo a solidariedade humana são transformadas em relações de compra e venda? Essa problemática nos move a acompanhar de forma mais cuidadosa os processos em curso.

Em uma análise preliminar, não há, nesta resistência que visualizamos nesse momento, a perspectiva de um novo modelo de sociedade, de rompimento com a estrutura social injusta. A resistência se converteu muito rapidamente em adaptação, até mesmo subserviente, porque uma parte significativa dos sujeitos indenizados acabaram se pervertendo em defensores da barragem, por receberem somas em dinheiro, que de outra maneira jamais veriam nas suas vidas. Pesa muito o fato de muitas lideranças regionais de movimentos populares confraternizarem com o atual governo central. A ascensão ao poder dos antigos companheiros de lutas (e de partido político) regionais e nacionais, trouxe desencanto para alguns e cooptação em abundância para outros, inclusive nos movimentos sociais na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará e região da Transamazônica e Xingu. Há uma frustração silenciosa entre os militantes que perseveraram na crítica às desigualdades

impostas pelo Capital, e em particular pelas injustiças ostensivas advindas com o Megaprojeto da Usina hidrelétrica.

A intensidade e a forma da ação de poder nas diferentes dimensões do espaço originam diferentes tipos de territórios. Souza (2003, p. 79) enfatiza a dominação e a influência para o entendimento do território e propõe que é essencial saber “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Quem influencia ou domina quem nesse espaço, e como?”. Temos então que, dependendo dos objetivos do sujeito que produz o território, a ação de poder pode configurar apropriação, dominação ou influência. Neste caso, a aliança entre parte significativa da militância petista e o governo que serve aos interesses do capital inaugurou formas de ação de poder antes identificadas apenas nos grupos de “direita”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas questões relacionadas ao território suscitam outras questões relacionadas ao contexto pesquisado, quais sejam, as questões que envolvem o interesse público (população) e o interesse privado (capital); destruição do ambiente e progresso tecnológico; soberania nacional e sobrevivência regional; modelos de desenvolvimento e movimentos de resistência. A barragem construída desterra povos, comunidades, indivíduos. Algumas pessoas, grupos, se locupletam com a negociação, outras não ganham nada além da desterração, realizada até mesmo com uso da força policial, garantida por lei.

O processo de criminalização dos movimentos de resistência às barragens, o avanço da condição miserável dos trabalhadores diante do altíssimo custo de vida local e os apelos de consumo, não dão trégua e parecem ter criado um ambiente favorável aos interesses desumanizantes do capital no entorno da hidrelétrica em obras, até esse momento. A fragilização dos movimentos de resistência é um fato, seja pela venalidade de algumas lideranças ou pela intimidação de outras. A retomada dos valores fundantes dos movimentos sociais, tais como, a luta por justiça, democracia, igualdade, equilíbrio ambiental, sustentabilidade, precisa ser empreendida e há uma timidez desconcertante nesse movimento de volta aos princípios.

Os conceitos que balizam a práxis que buscamos construir e que alimentam a utopia de uma realidade melhor, tais como, emancipação da classe trabalhadora, resistência, consciência de classe, parecem carecer de sentido diante da mercantilização brutal, reificadora e desumanizante, atualmente em curso.

Contudo, a alienação, no sentido estabelecido por Marx, é a ação ou o estado no qual um indivíduo, um grupo, uma instituição ou sociedade se tornam ou permanecem alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados e produtos de sua própria atividade (bem como à atividade em si), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou aos outros seres humanos e também a si mesmos, às suas possibilidades humanas. Este também é um conceito-chave para a análise por nós empreendida, que se soma a outros, como território, trabalho, classe trabalhadora, que envolvem a um só tempo a adaptação e a resistência que atingem os trabalhadores e os movimentos sociais nas relações provocadas pelo avanço do Capital, objetivamente materializado no estudo em tela por meio da análise da imposição de um empreendimento hidrelétrico na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará e adjacências. A alienação, entendida a partir da avaliação feita por Marx, não aparece apenas como um conceito meramente descritivo, mas principalmente como um “**apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo, o que poderia ser chamado de desalienação**” (BOTTOMORE, 1988, p.5). É com essa perspectiva que continuamos a trabalhar na pesquisa, provocando discussões que muitos ainda preferem não enfrentar, mas que precisam ser feitas, tendo como horizonte a superação da marcha destrutiva do capital.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BENTES, R. “A Invenção do Ambientalismo Internacional na Amazônia”. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA, 2005.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1987.

COSTA, R. H. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 165-206.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. SP/RJ: Contexto e EdUFF, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Da Desterritorialização e Multiterritorialidade. Rio de Janeiro. In: **Anais** do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

DOURADO, J. A. L. “Projetos desenvolvimentistas e disputas territoriais na América Latina” In: **Anais** do XII Colóquio de Geocrítica. Bogotá – Colômbia, 2012.

GOODLAND, R.& IRWIN, H. **A selva Amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?** São Paulo, Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 156pp.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, vol. 2, nº 3, 2012. p. 523-545.

KOHLHEPP, G. “Desafios à Ciência e às Políticas de Desenvolvimento Regional. Reflexões e Recomendações sobre o Futuro da Amazônia”, **Estudos Avançados**, vol. 3, nº 7, 1990. P.183-199.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

\_\_\_\_\_. **Prefácio** – A produção do espaço. Revista Estudos Avançados 27 (79), 2013. p. 123-132.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. e SANTOS, S., **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Revista Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42

SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S., (orgs.) **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. EdUsp. São Paulo. 2005. 176 p.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, M. I. C. Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política. **Tese**. (Doutorado em Ciências Sociais) IFCH, UFPA, 2008.

SILVA, P. L. Mínima Moralía e educação: reflexões sobre a formação humana na educação rural. **Tese**. (Doutorado em Educação e Inclusão) FAE, UFMG, 2006.

SOUZA, M. L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 77-116.

SOUZA, A. P. O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso de muitas vozes. **Dissertação** (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento sustentável) Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, 2006.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Edunesp, 2003.

THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009, 997p. **Tese** (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/htm/f2.html>. Acesso em 03 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia do trabalho! (Reflexões preliminares). **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, 1, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/585/631>>. Acesso em: 24 set. 2013.

VERDUM, R; CARVALHO, G. “IIRSA: os riscos da integração” In: **Orçamento e Política Socioambiental**. Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. Ano V/Nº 17, 2006.

ZHOURI, A. “Ambientalismo e Antropologia: descentrando a categoria de movimentos sociais”. In: **Revista Teoria e Sociedade** No. 8. São Paulo, 2001.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. “Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: as hidrelétricas em Minas Gerais” In. ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens & BARROS, Doralice P. (Org.) **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2005.

Submetido em: 15 de maio de 2016  
Aceito em: 27 de junho de 2016